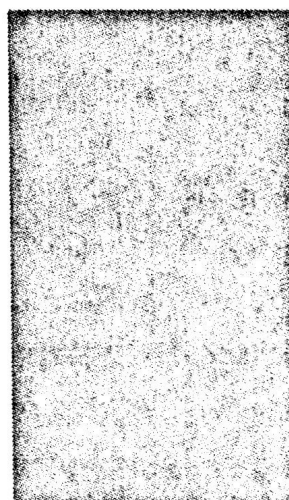


Aloísio Ruscheinsky ()*

***Movimento sociais desafiados
pelo campo institucional***

(*) Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP. Professor do Programa de Mestrado em Educação Ambiental e do Curso de Especialização em Educação Brasileira da Fundação Universidade do Rio Grande - FURG - RS



RESUMO

O presente texto tem o intuito de examinar alguns temas relevantes na análise sociológica que tome em referência movimentos sociais e institucionalidade. Em especial, dá-se atenção ao relacionamento entre atores no cenário da política na sociedade brasileira, os quais estabelecem, em sua trajetória histórica, uma multiplicidade de relacionamentos, conformando-se como um leque heterogêneo, no contexto que viceja entre autonomia e institucionalização.

ABSTRACT

This text aims at examining some relevant themes on sociological analysis which refer to social movements and institutionality. It gives special attention to the relationship among actors in the Brazilian society political scenery, who establish a variety of relationships in their historical course, heterogeneously conforming in a context that thrives between autonomy and institutionalization.

Este texto pretende retomar aspectos históricos de década recente examinando temas relevantes na análise sociológica nos quais a referência fundamental recai sobre o relacionamento entre as lutas sociais e institucionalidade vigente (anos 70). De modo especial, pretende-se focar o relacionamento entre os atores mencionados, considerando cenários políticos específicos relativos à sociedade brasileira. No decorrer da exposição, tende a delinear que os mesmos estabelecem uma multiplicidade de conexões dentro de contexto histórico peculiar, conformando-se como um leque heterogêneo, em parâmetros onde viceja a perspectiva da autonomia e da institucionalização. A análise toma em consideração uma múltipla existência sociopolítica: centros urbanos consolidados pela crescente industrialização brasileira, um quadro partidário fragilizado para cumprir com a tarefa da representação e, ao mesmo tempo, um conjunto de lutas sociais numa conjuntura de exclusão social. Ainda mais: a existência de lutas sociais e de quadros ideológicos voltados aos setores sociais excluídos apresenta-se como um tema a ser delineado.

Considerando a brevidade do exposto, torna-se impossível retomar o volume considerável de abordagens a propósito da temática do movimentalismo dentro das ciências sociais. Ao longo do texto, pretendemos oferecer elenco de diferentes enfoques, privilegiando a realidade histórica brasileira, principalmente ao longo de uma década do regime autoritário. Tentaremos apresentar uma abordagem que passa pela revisão bibliográfica, em que as visões expressas e os autores apareçam, mais ou menos, em ordem crescente de importância, segundo a compreensão do relacionamento entre movimentos e partidos. Portanto, temos em vista traçar um panorama amplo ao qual vamos remeter a análise da relação partido e movimento social.

Nesse campo as influências externas são amplamente reconhecidas. Inicialmente vamos recuperar parcela do debate sobre a configuração dos grupos de esquerda e dos movimentos sociais, na década de 70. Os primeiros, retidos na clandestinidade, o que impunha a omissão de sua identidade político-partidária, e os últimos, em crescente expansão. No período do bipartidarismo, em questão na década já referida, encontramos tanto a relativa distância entre partidos oficiais e as lutas sociais quanto a existência de agremiações políticas com atuação clandestina, ou seja, às suas denominações era vetado o registro legal e seus membros eram perseguidos. A distância se manifesta inclusive na campanha eleitoral; entretanto, crescentemente, ao longo da década, as pessoas que parti-

cipavam dos movimentos de bairro foram exigindo que os candidatos a vereador fossem aos bairros discutir os problemas que existiam junto aos locais de moradia e de trabalho, a fim de vincular candidaturas com os problemas reais das cidades. Todavia, isto não se pode afirmar a partir da totalidade das manifestações por melhorias urbanas.

A pesquisa efetuada veio revelar que a atuação política em nível de bairro emerge como estratégia posta em prática, coincidindo com a abertura “lenta, gradual e segura”. Essa estratégia encontra campo principalmente nos movimentos sociais da periferia urbana, onde se visualizam encaminhamentos para demandas coletivas. No entanto, toda conjuntura de busca de formas de cidadania e de aspiração pela redemocratização contempla também o debate sobre a postura democrática da ação partidária. Vem à tona a interrogação sobre o significado do exercício da democracia ou o espaço para os movimentos sociais na estrutura partidária. Segundo tal discussão, revelam-se dificuldades de ambos os lados para efetivar o relacionamento.

A esquerda ativa nas lutas sociais sob a repressão

A longa e tenebrosa repressão militar por mais de uma década banuiu a livre ação dos grupos de esquerda, gerando substantivas dificuldades de articulação de setores sociais, bem como afetando a ótica da representatividade. Os movimentos sociais podem ser vistos, de alguma forma, sob o prisma da existência de problemas sérios na representatividade de cada partido e do próprio sistema partidário (Cardoso, 1988a). O MDB, tido como partido de oposição, além de abrigar alas divergentes, apresentava-se como instrumento parcial da vontade popular, pois foram eleitos, especialmente em 1978, alguns parlamentares tidos como combativos tendo-se como base eleitoral a maior animação das lutas populares no centros urbanos.

Cabe, neste instante, examinar a participação da esquerda nos movimentos sociais na década de 70; entre estes encontram-se as manifestações em prol da moradia, como os Movimentos de Favelados e as ocupações de áreas urbanas. Parcelas entre os grupos de militantes de esquerda - sofrendo da desarticulação, do vanguardismo derrotado na luta armada - buscam, de modo mais intenso e crescente, com a perspectiva da abertura política, novas articulações com bases populares. Realizam tal intento de maneira muito diferenciada, às vezes,

ligados ao movimento de educação popular ou a associações já formalizadas; outras vezes, a pequenos grupos da Igreja, ou achegam-se a iniciativas novas e autônomas. Tal decisão de orientação política da sua atividade pode provir de militantes, individualmente ou em grupo.

Nem todos os grupos de esquerda permaneceram absortos, fechados sobre si mesmos e distantes do associativismo cotidiano. Bem antes da redefinição partidária, era possível localizar associações de bairro, organizações de favelados sob controle de um ou outro partido, tipo MDB, Arena ou PCB, PC do B. Na época da repressão mais expressa, do Comando de Caça aos Comunistas, das delações e do medo da repressão, ainda ocorriam reuniões de pequenos grupos de esquerda ligados à organização de bairro, das quais não se dava publicidade nem se proclamavam os resultados, retraindo e fechando espaços no cotidiano. Por isso, parece necessário relativizar a afirmação de que o cotidiano das lutas sociais constitui como que um território livre do controle do aparelho do Estado. Ao mesmo tempo, na segunda metade da década de 70, grupos de esquerda passam a dirigir-se à periferia.

A mudança no posicionamento da esquerda, para maior parcela voltar-se ao cotidiano das lutas populares, inclusive com valorização das siglas existentes no debate partidário, ganha com o estudo de Eder Sader(1988) uma abordagem abrangente. O que particularmente se examina é a novidade de postura, menos da sua presença, junto a outros problemas e, talvez, com uma nova forma de trabalhar essas questões com a população. A proliferação de movimentos sociais, naquela década, de alguma forma, tem uma contribuição, segundo Barreira (1986), do controle e da repressão do espaço de organização na fábrica, na categoria profissional, para buscar espaços menos vigiados.

A situação de clandestinidade, imposta por muito tempo, pode ser vista como obstáculo para divulgar e testar orientações pedagógicas que se mostrassem apropriadas à atuação política junto aos setores populares e que implicassem procedimentos democráticos na discussão das demandas e na direção dos movimentos. As mutações se devem também às críticas dirigidas, não poucas vezes, em razão de conflitos. A crítica mais difundida baseava-se numa leitura do discurso com seus termos previamente definidos, no posicionamento autoritário e na preponderância para tomar a direção. Na visão de Barreira (1987), é a prática política efetiva no interior das lutas sociais que diferencia os partidos de esquerda. A sua análise refere-se ao contexto histórico em que tendências de

esquerda, no mais das vezes, se abrigavam no partido legal, como MDB e, posteriormente, PMDB e PT. A autora discute ainda o momento em que, no interior da maioria desses quadros aglutinados se trata de redefinir estratégias de ação em face da constatação do distanciamento das preocupações cotidianas manifestas pela população através de suas formas associativas.

Às características do discurso interno à esquerda - da ação política com uma finalidade única e definida - alicerçado nas afirmações de princípios estratégicos, contrapõem-se questões suscitadas pela realidade de mudança substantiva no comportamento político junto às mobilizações¹. Tal discurso aponta para divergências e supõe a condição de clandestinidade, que obrigava frequentemente a ocultar a sua identidade. Temia-se que a vinculação direta a posturas partidárias pudesse não trazer a melhor receptividade. Dentro dessa visualização há outra dificuldade recorrente, pois os grupos de esquerda possuíam, no seu horizonte, uma tênue opção para a representação parlamentar dos interesses dos movimentos sociais nos quais atuavam.

O reconhecimento dos movimentos, como espaço de reconstrução política, de ampliação da base de atuação deve-se a uma série de fatores que, de alguma forma, os militantes partidários tendem a reconhecer (Barreira, 1987): a crítica à definição de um ponto estratégico definido para o qual deveriam convergir as lutas sociais; o reconhecimento da multiplicidade de formas e posturas políticas inerentes às lutas sociais; a pauta de reivindicações, as demandas, modificam-se de acordo com as contradições conjunturais; a valorização da presença de manifestações populares no cenário político de forma similar à necessidade de participação na disputa eleitoral; o incentivo às pequenas lutas não está em oposição a posturas de longo prazo.

Se a atuação da esquerda, dispersa na periferia nesse período, foi tão significativa que veio a merecer destaque como fato sociológico, isso se deve, particularmente, à relevância da alteração da perspectiva de ação e de interpretação junto à realidade das classes subalternas. Por exemplo, a pedagogia de Paulo

¹ Estratégias diferentes, por vezes, eram explícitas e expressas: "O movimento não tinha estratégia de algo clandestino por trás dirigindo, era uma coordenação que tomava suas decisões a partir de reuniões públicas. Não nos comportávamos e não éramos um grupo clandestino, pelo contrário, muito aberto e público. Até tínhamos um problema com os partidos clandestinos, não revelados, que queriam dar direção ao movimento"(Entrevista, em pesquisa de campo).

Freire conquista lugar limitado e de referencial para o despertar da cidadania, em detrimento de leituras políticas preestabelecidas.

Por outro lado, as condições exigiam freqüente aproximação com setores que não possuíam referência com as disputas doutrinárias dos grupos de esquerda, mediante determinação conjuntural de objetivos e pelo confronto de práticas sociais. Até as principais divergências que se apresentavam ao debate referiam-se à prática junto à condução dos movimentos sociais, o que representava, ao mesmo tempo, uma disputa pelo poder. São situações em que os métodos de ação e de condução das questões candentes refluíam ao debate, porém tendo como pano de fundo também as divergências ideológicas e, por isso, nem sempre com coincidências e acordos.

O Contexto e a Ação Eclesial

As razões aludidas para a emergência dos movimentos sociais, ao longo da década de 70, vão desde razões estruturais ao microssociológico, do econômico ao cultural. Parece que a explicação capaz de abranger a dinâmica contida é a que reconhece as razões diversificadas em face da situação social e do contexto histórico.

Quando observamos os traços fundamentais dos movimentos sociais conhecidos nos anos 70, podemos perceber, tomando em consideração os diversos estudos e suas óticas, que as razões, causas, objetivos, apresentam-se diversificados. A sua configuração tem relação tanto com os condicionamentos sociais - desenvolvimento urbano, fechamento da representatividade democrática, Estado autoritário, condições socioeconômicas de crescimento e de empobrecimento - quanto com a emergência dos novos sujeitos como resposta às carências sociais, à busca da cidadania, tendo como móvel interesses e vontade política.

A existência de carências, percebidas como tais, e interesses por equipamentos coletivos ainda não induz uma resposta ou busca de encaminhamentos, pois existe uma gama de respostas possíveis diante da mesma situação². Daí que, num bairro, na mesma categoria, nas mesmas condições de vida, parcela

² Esta idéia aparece em vários trabalhos: por exemplo, em Lúcio Kowarick (1984), Moisés et al. (1982). Existe sempre uma situação de conflitividade, quanto à existência de necessidades básicas insatisfeitas ou quanto à implantação de políticas de caráter distributivo. Isto é, não há um ponto justo e permanente equilíbrio entre o crescimento do bolo e a subdivisão, entre acumulação e distribuição. Esse debate manteve-se na ordem do dia, na metade da década de 70, tendo até quem argumentasse que a melhor garantia para a acumulação consistiu na maximização da equidade (Santos, 1979).

da população pode permanecer no conformismo social, outra parte mobilizar-se, requerendo a resposta dentro do seu universo de leitura. Mesmo com as mobilizações em curso, permanece a diversidade de visões de mundo frente ao patamar das próprias necessidades básicas das classes subalternas, ou seja, em meio ao transcurso dos movimentos sociais conflitam identidade e diversidade.

No entanto, nem sempre a multiplicidade de razões políticas e condições sociais esteve no centro da interpretação dos acontecimentos. Tomando em consideração movimentos sociais na América Latina, Evers e outros (1982) consideram que a pauperização apresenta-se como a causa fundamental das lutas sociais. Já por outro lado, Gutiérrez (1987) constrói a análise dos movimentos sociais, primordialmente, como detonações, expressões, reflexos e revelações da crise social sob diferentes dimensões. Outras abordagens são criticadas por extrair as razões fundamentais do contexto estrutural ou, no caso oposto, das contingências do cotidiano. Por ora, examinemos a primeira das posições enumeradas.

As lutas sociais organizadas constituem-se para alcançar ou melhorar a subsistência, ainda segundo Evers (1984b), e até para evitar a redução do nível reprodutivo. Desta maneira, na década de 70, as mobilizações alicerçaram no empobrecimento o denominador comum, embora em diferentes condições e necessidades reprodutivas, como se diferenciam metalúrgicos e trabalhadores do mercado informal.

De um lado, o autor citado toma em consideração os regimes autoritários como fator fundamental para a configuração da realidade social e, de outro, parece relegar toda mobilização por direitos, pela conquista da cidadania na qual as lutas na esfera da reprodução deram sua parcela de contribuição. E mesmo, sem considerar esse conjunto de lutas, parte da análise dos movimentos sociais na esfera da reprodução perde aspectos importantes. Colocar a base da luta na esfera da reprodução parece ser comum a toda mobilização corporativa dos setores operários, a toda luta econômica dos setores populares³. Se serve

³ A distinção feita por Evers e outros autores entre movimentos na esfera produtiva e reprodutiva tende a ser relativizada em face de uma análise de cunho político e dinâmico. Para efeitos de análise pode parecer necessária tal distinção; no entanto, ela remete à dicotomia de análise utilizada por grande parte dos militantes de esquerda, no período pré-64.

como justificativa aparente para a organização em torno de interesses, tende a ter dificuldades para explicar por que a iniciativa ocorre em certos momentos e não em outros, ou por que são parcela da categoria ou da população se mobiliza nas mesmas condições.

A existência do fenômeno da ascendente concentração de renda na década de 70, a vigência do Estado autoritário e as restrições correspondentes ou o vertiginoso crescimento da urbanização apresentam-se como razões consideráveis, porém insuficientes para responder à emergência dos movimentos sociais (Jacobi, 1987). Apresenta-se como fato notório a expansão dos centros urbanos na recente história brasileira e com isso a exigência de recursos públicos para expandir infra-estrutura, equipamentos e serviços coletivos. No entanto, a política adotada implica em prejuízo das necessidades de consumo coletivo ou, mais ainda, as políticas sociais obtiveram pouca eficácia na diminuição das desigualdades sociais e na equalização das oportunidades. Não obstante todo esse panorama, as lutas sociais perfazem um universo que extrapola esse horizonte das determinações estruturais, porque não há linearidade entre precariedade ou desigualdade social e a mobilização, como reflexo, por parte da população atingida.

As condições contextuais de representação política dos interesses de classe, conforme já argumentamos acima, a sua supressão, insuficiência ou ausência também se apresentam entre as razões para explicar a vigência dos movimentos sociais, mesmo com capacidade parcial para realizá-los. Contudo, não seja demais repeti-lo, parece que nada nos autoriza a afirmar que haveria no seu desenvolvimento a necessidade básica e a inevitabilidade para que os movimentos estabelecessem relacionamento com a dimensão partidária.

Do outro lado das condições estruturais aparece a dimensão do cotidiano, às vezes, visto como campo próprio e suficiente. Dentro de uma visão dinâmica, o cotidiano aparece perpassado por contradições de todas as ordens. Daí que não pode ser pensado como lugar mítico ou idílico, sem concepções divergentes ou destituído de posicionamentos políticos conflituosos. Cabe compreendê-lo em suas ambigüidades (Sader, 1988) de 'conformismo e resistência', de 'consciência fragmentada', do privado e coletivo, de consentimento e conflito, de consenso e relações de poder, de discurso e prática. Parece que com as contradições do cotidiano os movimentos sociais defrontam-se constantemente, já que podem ser amenizadas e não extintas. Além disso, as leituras da realidade são

resultantes de influências prévias e as novidades do contexto e, por isso, existem outras posições além das ações de resistência, de crítica à sua situação, de confronto.

Alguns autores introduziram modificações na leitura dos movimentos sociais (Evers, 1984a), conforme nos referimos acima, ao apontar a perspectiva da identidade como característica fundamental. É a visão dos novos movimentos a partir da ótica da contracultura. A construção da identidade traduz-se como oposição à alienação na esfera da produção. Em ambas as dimensões da análise de Evers torna-se praticamente inerente a dificuldade de perceber as possíveis relações entre movimentos sociais e as questões partidárias, ainda mais que estão “de costas para o Estado e longe do parlamento” (Evers, 1983). Os condicionamentos do contexto para apartar ou efetivar uma relação entre movimentos e partidos podem referir-se tanto à dimensão sociopolítica quanto ao âmbito interno.

A análise dos movimentos sociais ao longo do transcurso da década de 70 tende a apresentar equívocos quando os trata como um avanço inexorável da luta de classes, da contradição dentro do capitalismo ou, ainda, da autonomia e da construção do poder local, assim como da institucionalização. Conceitos que primam pela diferenciação - movimentos ligados à produção ou à reprodução, agentes externos e dinâmica interna, construção da autonomia, da identidade e vinculação a partidos, institucionalização - tornam-se insuficientes e até ineficazes. Isso quando empregados de forma isolada na análise. Além disso há surpresas que a história dos movimentos sociais vem apresentando, assim como a relação complexa entre o discurso da autonomia e sua prática política.

Se a referência às condições do contexto se apresenta insuficiente para a explicação da emergência e da permanência na visibilidade social por parte dos movimentos, elucidar o papel da Igreja Católica vem a propósito. A repressão política dispersou a maior parte das formas de organização existentes, particularmente as de cunho político e partidário. Militantes de partidos oficiais ou clandestinos foram forçados a descolar-se das redes estabelecidas. Nesse contexto a Igreja Católica permaneceu com uma rede física estabelecida, prestando serviços próprios de sua natureza institucional.

A organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representou um momento de reprodução institucional e, ao mesmo tempo, comportou uma forma através da qual a população envolvida discutia parcela de seus problemas. É

o que tratamos acima como matrizes discursivas. A atuação das CEBs despertava menos suspeitas ante o aparelho repressivo, devido ao caráter religioso de que se revestiam. Nas mobilizações que proporcionavam puderam compreender a presença de militantes de esquerda que hibernavam em áreas populares. Tal fenômeno pode ser verificado, em boa medida, na maioria dos grandes centros urbanos, no Brasil.

A distinção entre os campos próprios da Igreja Católica, enquanto instituição - representada por indivíduos, agentes - e os movimentos sociais - representados por seus membros e a dinâmica de funcionamento - não constitui tarefa fácil de realizar, pois, em muitos casos, os mesmos sujeitos estão em ambas. Outra forma complexa de integração é o discurso religioso e a maneira do encaminhamento nos movimentos próprios da esfera eclesial, assim como as reivindicações postas nas lutas sociais podem invadir a fala no espaço religioso.

Em quase todos os casos das lutas sociais, no início dos anos 70, foi crucial o papel desempenhado pelos agentes de apoio externo e respectivas lideranças que assumiram a responsabilidade de sustentar a ação coletiva (Boschi, 1989). Dessa forma, torna-se compreensível a afirmação quanto à persistência da distância entre a base e a liderança, em termos de consciência social (Mainwaring, 1988). Primordialmente, frente aos encaminhamentos e sua viabilidade, assim como o envolvimento político e relações com outros setores sociais. Então, há diferenças que ultrapassam a relação entre agentes vinculados à Igreja e as bases dos movimentos. As posições políticas e a atuação de setores daquela instituição influíram no distanciamento ou aproximação entre movimentos sociais e partidos políticos.

Armou-se uma polêmica nas ciências sociais quanto às relações entre movimentos sociais, partidos e Igreja na recente história do Brasil (Barreira, 1987), particularmente quanto ao papel político e cuja abrangência ultrapassa a síntese exposta aqui. Embora não se possa afirmar a intenção de entrar nessa polêmica, Boschi (1989) afirma que a Igreja, por suas características de implantação, foi responsável pela tessitura de uma rede de comunidades que, por um período, contribuiu para a articulação e proveu setores populares de um discurso, de dinâmica e até ampliação da base de sustentação para os movimentos sociais. Posteriormente, tal panorama exerceu um papel importante para a consolidação do PT, como seu braço popular. A seu modo, essa organização abre caminhos à democracia participativa e opõe-se, assim, à exclusão social e política, mas

sem que tenha condições de propor alternativas políticas de maior alcance ou viabilidade.

Tal interpretação sobre a alteração do posicionamento político relativamente aos interesses populares e o papel diferenciado da Igreja, de acordo com o momento histórico, vem afirmado pela memória do calor dos acontecimentos. Com visão distinta, Chauí visualiza a existência de uma diferença qualitativa entre movimentos coordenados pela Igreja e outros em que sua presença é pequena ou nula⁴. Citando exemplos de movimentos bem sucedidos, afirma que as comissões formadas sem o controle institucional “rumaram para a formação de conselhos populares e para o início da prática da autogestão, a politização é mais clara, o confronto com o Estado mais nítido, a defesa da autonomia mais acentuada” (Chauí, 1988, p. 14). Essa não parece ser a lógica que se pode aplicar a todos os casos e suas relações que marcaram as relações nas décadas 70/80, o que nos leva a indagar sobre a necessidade de traçar um perfil da atuação, caso a caso.

Observando o raciocínio e comparando com a situação em consideração, parece que há um equívoco de análise na postura de Chauí - que se reporta ao trabalho de Sader. Em primeiro lugar, porque, na época do caso citado, a vinculação declarada a partidos implicava grandes problemas e, segundo, porque era reduzida, em comparação, a parcela e importância dos militantes de esquerda naquele movimento; em terceiro, porque o atrito entre a ligação com a Igreja e afirmação da autonomia apresentou-se frutífera para o próprio movimento na época. Nessa situação, se, de um lado, permitiu o confronto mais direto com o Estado e de ser mais radical na proposição de suas demandas, por outro lado, só se pode visualizar o conjunto do movimento com a contribuição dos agentes das CEBs e os espaços eclesiais utilizados, que foram fundamentais. Talvez seja por isso mesmo que Chauí reconhece que a Igreja no Brasil, constitui uma organização presente no campo político e teme que a tendência da autonomia dos movimentos sociais possa ser bloqueada mediante apropriação, via instância centralizadora. As críticas são igualmente contundentes à aludida centralidade, autoritarismo, aparelhismo próprio do comportamento político da esquerda.

⁴ Ao que consta, essa qualificação, por mais interessante e atraente que possa parecer, depende menos de uma vinculação ou não a setores da Igreja do que de uma postura política do movimento, partidária ou não, diante dos encaminhamentos a serem propostos.

A questão está menos no reconhecimento da contribuição aos movimentos sociais do que no seu significado histórico. Já na segunda metade da década de 70, um parcial entrosamento, através das greves, entre organização sindical e de bairro mais o empenho a favor dos perseguidos políticos pela repressão são fatos que aproximaram militantes ligados à Igreja, com tendências políticas. Estas podiam até estar sendo introduzidas em organismos reconhecidos como vinculados àquela instituição. Embora mantendo uma visão crítica em relação ao seu papel, Cava (1988) anota que os setores mais à esquerda, como os ligados às CEBs e movimentos sociais, admitiam a necessidade da política partidária como instrumento de construção de uma sociedade mais justa. Passaram a considerar os partidos como uma ferramenta programática de ação, da qual também o cotidiano das lutas sociais faz parte em suas dimensões sociais e econômicas.

Os Novos Sujeitos e a Temática Partidária

Os movimentos sociais nos anos 70, tendo sido principalmente iniciativas de âmbito local, avolumam-se a partir da metade da década. Os estudos dos cientistas sociais sobre o tema, no entanto, começam a vir à luz, a partir de 1978, quando, então, a temática disputa preferência no quadro das pesquisas.

Para as mobilizações do período citado contribui a diminuição do vigor da ideologia ligada ao “milagre brasileiro”, ou o consenso quanto aos seus efeitos positivos e futuros, segundo o qual é necessário primeiro fazer crescer o bolo para, depois, repartir. Na disputa política a contenção das formas de resistência e da contestação ao regime autoritário tornou-se gradualmente insustentável. Operou-se um lento esgotamento dessa via política de controle sobre a sociedade, no jogo da ampliação e do fortalecimento de atores que contestavam e se mobilizavam a favor tanto de reivindicações econômicas, equipamentos sociais, quanto da redemocratização e da cidadania.

Com a crise de legitimidade do regime, a partir da metade dos anos 70, cresce o debate sobre a volta ao Estado de Direito, anistia, direitos humanos, reformulação partidária, mobilização como forma de participação. Nesse contexto a emergência dos movimentos sociais urbanos, em suas diferentes lutas, tem-se pautado a partir da nucleação local e visualizando um processo de exclusão dos benefícios da urbanização. Os movimentos têm tido uma dinâmica

atomizada, em que, em grande parte, a primeira alternativa constitui a busca de encaminhamentos que estejam ao alcance dos próprios envolvidos.

De qualquer forma e até independentemente das razões que lhe dão origem, segundo Doimo (1986), a organização do movimento social no nível popular requer a instauração de um ritual vivenciado em comum. Isto é, a interação entre reivindicações em pauta e vontade política significa uma atribuição de sentido especial ao empreendimento. Inovações que darão novas oportunidades para estabelecer relações com a representação política ou intuir espaços próprios nesse campo.

O aspecto do âmbito localizado dos movimentos, com resoluções parciais dentro do seu próprio campo, com a peculiaridade da dinâmica interna em face das suas influências e o contexto político adverso, contribuiu para a tendência, naquele momento, da afirmação da sua independência face ao Estado e aos grupos políticos partidários, como as figuras públicas identificadas com partidos. Os espaços da experiência política como o sindicato e o partido, tiveram que ser relativizados em face do autoritarismo. Até dentro de uma retrospectiva histórica e num segundo momento, parece possível afirmar que o Estado tem sido considerado fator fundamental para excluir de pauta a política de investimentos públicos. E por isso serão exercidas pressões sobre as instâncias estatais para suprir as reivindicações coletivas em pauta.

A “abertura política”, depois de 1974, pode ser considerada também uma estratégia conduzida e uma concessão de setores das classes dominantes. Os defensores da “abertura pelo alto”, pela via das mudanças institucionais manipuladas, parecem não levar em conta a dinâmica social, em sua capacidade de mudar o curso dos acontecimentos, por caminhos imprevisíveis, ou a parcela de contribuição dos movimentos sociais. No outro lado da linha, as análises dos novos movimentos sociais apresentaram-se freqüentemente otimistas quanto à capacidade de produzir um impacto político, como que possuindo um potencial gerado de maneira autônoma para se opor ao Estado; com isso subestimam a contribuição dos partidos políticos, a organização do processo eleitoral (Boschi, 1983). Ao contrário desses dois lados, é possível afirmar que a parcela de democratização operada nesse período tende a ser visto como um processo dinâmico, no qual se admitem ganhos relativos, assim como momentos de retrocesso.

Uma anotação interessante, quanto à diferença de percepção e leitura em face dos movimentos sociais num contexto político específico, é efetuada por Weffort (1988): as manifestações de rua, os movimentos, as lutas sociais da metade da década de 70, quando vieram a público, foram percebidas como expressões de coragem, como novidade no cenário político. Vistas em outro momento, por exemplo 15 anos após, parecem tímidas iniciativas, equivocadas quanto aos laços com instituições e partidos políticos. No entanto, naquele momento foram de indiscutível relevância, mesmo que analisados no conjunto dos acontecimentos políticos. Quanto às principais transformações da sociedade brasileira, inseridas no contexto político do processo da redemocratização, Cardoso (1988a, p. 446ss) apresenta um elenco substantivo.

Na história dos movimentos sociais tende-se a considerar o desenvolvimento deles a partir de um contexto. Nessa discussão as matrizes constituem-se naqueles elementos e aspectos previamente existentes, que se consolidaram, a um mesmo tempo, como condição de possibilidade para a emergência de um novo sujeito. A passagem de uma matriz discursiva ou geradora para a criação de um novo sujeito social e histórico tem sido a preocupação de alguns autores que tomamos em consideração.

A exposição a seguir retoma uma discussão levantada principalmente por Sader (1986) e complementada genuinamente por Chauí (1986). Esses autores têm fundamentado, em grande parte, o debate sobre novos personagens na cena histórica através da configuração dos movimentos sociais. Assim, Eder Sader toma como matrizes discursivas: as comunidades eclesiais de base, a esquerda em crise e dispersa e o novo sindicalismo. Em seguida, irá demonstrar como emergem novos personagens através dos movimentos, tomando como referências: o clube de mães da periferia sul de São Paulo, o movimento do custo de vida, a oposição metalúrgica de São Paulo, o movimento de saúde e o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo.

A emergência dos movimentos sociais, na década de 70, significou que os agentes atribuíram novos sentidos a fatores sociais em consideração. Com a mediação das matrizes discursivas visualizam-se outros aspectos na leitura da sua realidade e das possibilidades de intervenção. Ocorre concomitantemente a renovação da luta social e a elaboração de novas representações sobre o transcurso dos acontecimentos. Segundo Sader (1986), para a reelaboração dos significados, na dimensão política e cultural, os agentes recorrem a matrizes

discursivas existentes. A inovação do horizonte de significados atribuídos tem, ao mesmo tempo, como referência, um contexto social e econômico. Para a emergência dos movimentos sociais no cenário político os significados intuídos e atribuídos às condições de vida não resultam automaticamente das contingências do cotidiano nem dos discursos previamente instituídos. Então, aparecem como novos sujeitos porque filtram as matrizes discursivas para consolidar um novo lugar de leitura da realidade e, dessa forma, estabelecem outras relações entre si e o contexto.

As matrizes discursivas apresentam-se com consistência argumentativa, base social e prática cotidiana desigual. Ainda segundo Sader (1986), que selecionou três, entre outras, a matriz discursiva da teologia da libertação deita raízes na cultura popular, apóia-se em organização bem-difundida, beneficia-se do reconhecimento via religiosidade existente, embora com leitura ético-política inovadora, o que, por sua vez, significa incorporar elementos reticentes à interpretação socio-política; a matriz marxista tem em seu benefício uma elaboração teórica a respeito de temas contundentes para os movimentos sociais, a experiência política de elaboração de estratégias detalhadas para a ação e a familiaridade com o debate sobre consciência e luta de classe; a matriz sindical tem sua força no aspecto institucional em que se localiza como agenciadora dos conflitos trabalhistas.

O apoio dessas matrizes abarca e circunscreve o campo cultural, o político e o econômico; são oportunamente mescladas e adaptadas ou criticadas; serve de mediação para os movimentos sociais se consolidarem no universo de sua abrangência. Isso porque os movimentos sociais, como sujeitos da ação, embora novos, não são livres dos condicionamentos sociais para inventarem seus discursos e tornarem-se inteligíveis⁵ em nível social e, particularmente, ante seus interlocutores, razão pela qual recorrem a matrizes instituídas e cunhadas pelas agências sociais.

Diante dessa novidade instaurada pode-se apresentar, por sua vez, um perfil característico, especificando o evento histórico. Para Chauí (1986) os atores emergentes possuem características básicas que referendam a sua novidade no

⁵ Nesse aspecto dos usos e atribuições das matrizes discursivas, Sader (1988) parece ter sido influenciado pela concepção da linguagem como instituição e como socialização, conforme Peter Berger .

cenário da história⁶. Primeiro, a prática os coloca como sujeitos, pois ninguém os constituiu previamente; segundo, o sujeito é coletivo, descentralizado e social, pois indivíduos passam a definir-se, a reconhecer-se, a decidir e agir conjuntamente, assim como a redefinir-se em face dos efeitos de suas realizações; terceiro, a defesa da autonomia desse sujeito histórico tende a romper com uma tradição sociopolítica da tutela e da cooptação, como ocorreu no período do populismo; quarto, através da atuação coletiva, faz o campo da política criar novos espaços, lá no cotidiano onde a política institucional - particularmente do Estado autoritário - ainda não lançou seus tentáculos ou possui presença diluída; quinto, a sua face coletiva não opera em função de um catalisador - partido político, por exemplo - para o qual seria um elo da organização; sexto, os centros organizadores - antigos e em crise, sindicato, partido, Igreja, esquerda - são desfeitos e refeitos com base em novo discurso e sua respectiva prática nos movimentos sociais.

Em tal sentido, as matrizes discursivas, de que fala Sader, seriam instituições em crise e, como tais, não constituem referencial pleno de organização⁷, mas buscam também elas mesmas reencontrar caminhos para relacionar-se com os novos personagens. No entanto, as crises podem ser vistas como sinais de esgotamento de uma perspectiva ou soar como reordenamento institucional, desdobramento para estabelecer novas relações. As crises podem desfazer ou refazer sonhos e fantasias, assim como enterrar utopias de partidos ou de movimentos sociais.

Essa caracterização de Chauí parece, antes, apontar a possibilidade do rompimento com o contexto social, não a instauração do diálogo ou a configuração

⁶ A análise efetuada por Sader e endossada por Chauí vem a ser questionada pela ótica de que a constituição de novos sujeitos ou novos personagens parece estar relacionada com um projeto político. Cf. Camacho (1987) e Vigevani (1989).

⁷ Se tomarmos como base da análise que a evolução da dinâmica social resulta da ação de uma crise institucional - momento de estagnação ou distanciamento entre propósitos e resultados, defasagem entre acontecimento e palavra, entre realidade e representação - ou dos atores sociais, então, em todos os momentos históricos podemos visualizar crises. Portanto, para falar em crise é preciso, antes de tudo, traçar a forma de sua caracterização. Ou comungamos com a idéia de um sistema em crise permanente ou generalizada. Então, para a análise da emergência dos movimentos sociais e sua referência a instituições como matrizes, conviria apontar em que aspecto uma referida instituição se encontra em crise.

de relações inevitáveis entre agentes sociais. A experiência dos movimentos sociais nos anos 70, na amplitude com que Sader os analisa, estaria, de maneira predominante, voltada ao âmbito do cotidiano, enquanto no contexto geral sofrem sérias restrições. Nesse contexto histórico, segundo Telles (1984), a prática dos movimentos sociais no cotidiano institui um espaço no qual os conflitos passam a ser reconhecidos de forma coletiva e as mobilizações constroem práticas instituintes do social. Esse seria o espaço a partir do qual se firmaria uma perspectiva política, listar-se-iam-se direitos e, portanto consolidar-se-iam sujeitos políticos. Se, de um lado, a autora reconhece que o cotidiano não é o espaço da liberdade contra o reino da opressão na figura do Estado, de outro parece desconsiderar as condições objetivas, as redes de sociabilidade e os atores existentes.

As Relações preferenciais e os Novos sujeitos

Para que os movimentos possam atingir o patamar de novos sujeitos, no mínimo, devem-se supor outros atores no cenário histórico, portanto, reconhecidos por outras instâncias de poder na sociedade. E como tal um conjunto de relacionamentos com outros atores sociais, para os quais a delimitação de um patamar de autonomia é questão fundamental.

Destacamos duas vertentes de interpretação, que realçam a relação preferencial dos movimentos com a esfera estatal, reconhecendo que, no universo, as análises retêm maiores diversidades e detalhes. Por um certo período, mesmo ainda na época de reconstrução da democracia e dentro de uma certa orientação teórica, os movimentos foram contrapostos ao autoritarismo estatal. A excessiva ênfase no autoritarismo e no caráter monolítico do aparelho estatal ofuscou a possibilidade de se perceberem visões divergentes e contraditórias no interior dos próprios órgãos estatais. A contraposição ao Estado possuía por fundamento a possibilidade da elaboração, a partir dos movimentos sociais, de espaços onde se geraria a transformação social. Parte das análises de Jacobi e Gohn se enquadra no perfil em destaque, alteradas significativamente com a percepção da parcial democratização do Estado.

A outra vertente de estudos, e que privilegia a relação com o Estado, destaca a heterogeneidade das instâncias estatais e sua incidência no campo de ação dos movimentos, também heterogêneo. Essa visão da heterogeneidade dos movi-

mentos e das instâncias estatais vem sendo privilegiada, particularmente pelos estudos coordenados por Ruth.

As considerações sobre o confronto ou diferenças políticas abrangidas pelo Estado redobram a sua importância, se relacionadas ao fato de que, numa democracia, o Estado é gerenciado por um ou outro partido em disputa, na qual podem referenciar-se ou não aos movimentos sociais. No entanto, as análises não detalham freqüentemente com clareza as diferenças de comportamento estatal em decorrência do partido político que ocupa o poder público. A década de 80 mostrou tendências, mais ou menos, participacionistas proporcionadas a partir de orientações do poder executivo no nível de diversos municípios brasileiros.

Com a perspectiva participativa novos parâmetros entram em discussão e outras interrogações são erguidas ante a questão da autonomia, ainda mais quando tal perspectiva freqüentemente parece estranhar a aproximação entre movimentos e partidos. No mais das vezes, os defensores desse enfoque associam a autonomia à elaboração de uma identidade dentro do respectivo movimento social. Todavia, a questão fundamental é a abordagem dos parâmetros em que a autonomia e a identidade se constituiriam no espaço e no tempo. Enquanto tal, essa perspectiva vem transformar-se em ótica que pretende dar conta do seu objeto de estudo.

Nessa interpretação a controvérsia partidária se faz presente primordialmente como alguma relação estranha e, por tal razão, uma alternativa que os movimentos refutariam. Assim, abdica-se, seja de temáticas políticas mais abrangentes, seja da necessidade histórica de uma relação com partidos para que os movimentos possam atingir outro patamar de eficácia nos conflitos sociais em que estão inseridos.

Existem variantes na abordagem da autonomia dos movimentos sociais que podem ser destacadas. De um lado, deparamos com a definição elaborada pela visão dos próprios militantes dos movimentos na sua prática política cotidiana, no mais das vezes muito pragmática, pois que acomoda ou justifica os posicionamentos políticos. De outro, colocam-se as variadas maneiras de compreender o processo por parte dos intelectuais, sem olvidar que as variantes podem estabelecer relacionamentos fecundos entre si. Freqüentemente há um intercâmbio entre as duas visões. Entre os últimos há os que tomam a questão da autonomia na perspectiva de se consolidar em entrave político ao intercâmbio

com o campo institucional (Mainwaring, 1988); outros enfocam a autonomia, como se tal representasse um espaço cujo patamar de referência fosse ele mesmo, ou seja, é o campo extra-institucional (Evers, 1984); ainda em outra linha de interpretação encara-se a questão da autonomia como um referencial básico para que os movimentos possam deslanchar um relacionamento efetivo e frutífero com outros campos do social como, por exemplo, com um partido, mas sem que isso signifique a submissão de um ou de outro. O mesmo vale dizer da abordagem que privilegia a relação preferencial com o Estado.

A questão do patamar de autonomia, em torno da qual se processa a consolidação dos movimentos, apresenta-se fundamental para efetivar a análise crítica da relação entre movimentos e partidos políticos. Sobretudo na medida em que se entende tal relacionamento, a partir da referência mais propriamente a dois formatos de organização diferenciados. Sendo assim, parece apropriado compreender que a questão da identidade social nos movimentos sociais põe-se a meio caminho entre a defesa do espaço próprio através da autonomia e a construção das bases para uma visão da prática política que se aproxima do campo da institucionalização. Com o que ganha sentido falar-se em atração dos contrários, ou seja, em última instância, referir-se a novos sujeitos evoca a perspectiva de relacionamentos diversos ou mesmo de novas instituições.

A relativa autonomia inerente aos novos sujeitos é quase condição indispensável para poder estabelecer uma referência, pois o que não tem vida política própria em nenhuma dimensão como seria possível relacionar-se com uma outra esfera de ação? Assim, os novos sujeitos tornam-se capacitados para estabelecer, dentro do seu âmbito, relacionamentos com outros atores do cenário. É o que aqui se denomina de condições e de capacidade para que os movimentos sociais, como sujeitos de sua pauta, das propostas e do espaço se relacionem com partidos políticos.

As análises que ressaltam os movimentos sociais como novos sujeitos tendem a permanecer aquém dos encaminhamentos aludidos acima (Sader, 1988; Scherer-Warren et alii, 1987), em vista de ressaltar e acentuar a perspectiva do seu enfoque. No entanto, é sempre possível reconhecer a presença de “catalisadores” (Santos, 1981; Ribeiro, 1991) ou de “matrizes discursivas” (Sader, 1988) na emergência dos movimentos sociais. Nesse sentido, é possível prosseguir no mesmo rumo da presente análise, elucidando como novos sujeitos, através das assessorias, catalisadores, novos discursos podem deslanchar em

relações que se desdobram na representação partidária e que confirmem os seus interesses colocados em pauta.

A constituição dos movimentos sociais como sujeitos do processo político é questionada, quando se visualiza que produzem solidariedade no nível da categoria, dos moradores e não propriamente retém uma perspectiva de classe social (Cardoso, 1988a). Isso vem a propósito da heterogeneidade visível no cotidiano dos trabalhadores e seus conflitos, contradições, fragmentações e isolamento possíveis. Essa afirmação contrapõe a visão tida como basista e a outra como política. Ainda, põe em questão as diferentes formas de influenciar no processo social, que não vem ao caso discutir aqui.

A interpretação dos movimentos sociais como construção de novos sujeitos, com a elaboração de uma identidade e com a afirmação histórica do ator social, apresenta grande proximidade com a perspectiva da sociologia da ação. Touraine (1984) recusa a explicação do ator pelo sistema; antes examina as práticas sociais e tende a perceber que toda situação resulta de relações entre atores, que se definem por suas orientações culturais e políticas, assim como se mantêm por seus conflitos sociais. Os atores podem assumir posições diferentes uns em relação aos outros; assim como podem ganhar destaque pela dinamização de sua vontade política em torno de objetivos; a junção de atores pode alterar o quadro das forças sociais. Nesse rumo das interpretações dos movimentos sociais como sujeitos da ação não só se viabilizam mediante as matrizes discursivas, senão que dentro de sua contextualização há possibilidades de estabelecer, dentro do panorama das decisões, as correspondentes relações com partidos. Mais do que isto vir a tornar-se um elemento constitutivo da representação partidária em face dos interesses pelos quais se consolidou, sem abandonar a sua especificidade.

Palavras Finais

O exame de diversos itens permite afirmar que, durante o período destacado neste texto, é possível notar uma relação entre mobilizações populares e o quadro partidário. Entretanto, da parte do último pólo delinea-se, de maneira peculiar, uma conexão através de personagens individuais ou de grupos que tentam carregar a bandeira partidária. Em síntese, a caracterização da relação entre esquerda e movimentos sociais, na década destacada, vem referenciada por

fatores amplos - a clandestinidade, a redemocratização, a distância dos partidos legalizados em face das reivindicações populares - e por fatores específicos - as disputas ideológicas e de poder, a formação de subgrupos, a mudança de estratégia na atuação e no discurso.

Apontar a relação entre movimentos e partidos, na complicada conjuntura histórica de distinção entre legendas legalizadas e denominações clandestinas, significa reconhecer papéis históricos diferentes e, no entanto, com pontos de coincidência e aspectos conflitantes. Ao mesmo tempo, tal relação pode ser visualizada como dois agentes que se interpenetram ou se diferenciam pelas esferas de ação. A atuação dos militantes partidários pode ser vista como elementos vindos de fora e que no transcurso tentam conquistar espaço de controle. Ou, ainda, pode ocorrer um desenvolvimento de lideranças na ação do movimento e que, pelas contingências, passam a ser também militantes de partido. Embora ocorrendo essas interfaces, de forma diferenciada, de acordo com a situação de cada movimento, no seu conjunto, este pode declarar-se apartidário ou pode apostar no distanciamento, por um certo período de tempo, ou ter participação pontual em campanhas eleitorais.

A visibilidade se dá na intersecção do cotidiano e do público. É novo espaço público ou lugar político, sob dois aspectos, tanto porque é novidade para a parcela da população que institui tais sujeitos, quanto porque introduz um outro agente político nos espaços públicos da institucionalização. Sob essa perspectiva, a presença de adeptos partidários não significa que os movimentos sociais são perpassados pelo discurso político-partidário, senão que ocorre diálogo ou, mesmo, confronto entre dois discursos. Com tal caracterização diferenciada uma nova inteligibilidade sobre a realidade social estaria constituída e que abarcaria as reivindicações dos movimentos sociais.

Os novos sujeitos podem ser assim identificados, a partir da capacidade histórica de criar as condições para o relacionamento com outras esferas da sociedade. Ao constituírem movimentos sociais - entendidos como novos sujeitos sociais - estão sendo criadas esferas distintas da institucionalidade vigente, embora não sem uma referência à crise de papéis daquelas existentes. No entanto, ao mesmo tempo, estão sendo engendradas as condições históricas básicas que podem proporcionar, num outro momento, um relacionamento em pé de igualdade com os partidos.

A análise dos movimentos sociais, como novos personagens que entram em cena, empreendida pretende mostrar a ruptura com a institucionalidade. No entanto, fica a impressão de que se encerra a análise, exatamente no período em que se apresenta o momento crítico em face da institucionalização dos efeitos resultantes das decisões e realizações dos mesmos. É a interrogação, já não sobre a entrada em cena, mas sobre as possibilidades de sua permanência como sujeitos nos rumores da história. O espaço político conquistado tende a ser assegurado, entre outras vias, através de legislação ou por meio das formas de controle político (por exemplo, resultante de acordo entre Estado e direção do movimento para fiscalização de um equipamento coletivo). A perspectiva de institucionalização do espaço dos atores também é assinalada pela reformulação partidária.

Conforme o quadro traçado pela análise, visualiza-se para os anos 80 a possibilidade de interfaces, conflitos e distinções. Parcela dos conflitos que o PT vem a conhecer na sua relação com os movimentos sociais provém da existência de agregações ideológicas diversas e com suas divergências no seio do mesmo partido. A tendência dos partidos, uns mais do que outros, ao longo da primeira metade da década de 80, é enredar-se na condição de “permanente e insolúvel tensão com os movimentos sociais e com as irrupções renovadas da sociedade de massa”, mesmo assim ainda na heterogeneidade; “viverão criativamente (ou não, dependendo das lideranças e das circunstâncias) a dialética entre frente e partido, entre função agregadora de interesses e função ideológica” (Cardoso (1988a, p.477). A incorporação do movimento pelo partido ou a simples associação da imagem pública de um ao outro, junto da ampliação das possibilidades de negociações, a abertura democrática do Estado, parecem criar momentos propícios para o surgimento, a dinamização ou a reformulação dos movimentos sociais. Todo esse conjunto de fatores leva ao reconhecimento das multifacetadas possibilidades reais de estabelecer relacionamentos a serem confirmados permanentemente pela prática política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARREIRA, Irllys A.F. Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e partidos políticos nos movimentos sociais urbanos. In KRISCHKE, P. & MAINWARING, S. (org) **A Igreja nas bases em época de transição**. São Paulo : L&PM/Cedec, 1986.

2. ___ **Refazendo a política: as múltiplas faces do movimento social urbano.** Tese de doutoramento FFLCH, USP, 1987.
3. BOSCHI, Raul R. **A arte da associação.** Política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro : IUPERJ/ Vértice, 1989.
4. ___ (org) **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
5. CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.(org). **Uma revolução no cotidiano?**. São Paulo : Brasiliense, 1987.
6. CARDOSO, Fernando H. Desenvolvimento associado-dependente e a teoria democrática. In STEPAN, A. (org), **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
7. CAVA, Ralph Della. A Igreja e a abertura: 1974-1985. in STEPAN, Alfred (org), op. cit., 1988.
8. CHAUI, Marilena. PT “leve e suave”? In SADER, Emir (org). **E agora PT? Caráter e identidade.** São Paulo : Ed. Brasiliense, 1986.
9. DOIMO, Ana M. Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade. in, KRISCHKE, P. e MAINWARING, S.(org), op. cit.
10. EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida. in, MOISÉS, J.A. et al. **Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80.** Petrópolis : Vozes/Cedec, 1982
11. ___ De costas para o Estado, longe do parlamento. **Novos Estudos Cebrap**, vol 2, n. 01, mar/1983.
12. ___ Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, out/84a.
13. ___ Reprodução da força de trabalho e movimento popular: o caso dos loteamentos clandestinos em São Paulo, in KRISCHKE, Paulo (org), **Terra de habitação e terra de espoliação.** São Paulo : Cortez, 1984.
14. EVERS, Tilman et al. Movimento de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina, in MOISÉS, J.A. et al. **Cidade, povo e poder.** Rio de Janeiro : Paz e Terra/Cedec, 1982.

15. GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In MORAES, Reginaldo et al. **Inteligência brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1986.
16. GUTIERREZ, Fernando C. Os movimentos sociais frente à crise. In, SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. (org), op. cit.
17. KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro. As lutas sociais em SP na década de 70. **Presença**, n. 2, fev/84
18. JACOBI, Pedro. Movimentos sociais - teoria e prática em questão. In SCHERER-WARREN & KRISCKE (org), op. cit.
19. MAINWARING, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu, in STEPAN, Alfred (org), op. cit.
20. MOISÉS, José Álvaro. Qual é a estratégia do novo sindicalismo? In MOISES, J.A. et al. **Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80**. Petrópolis : Vozes, 1982.
21. MOISÉS, J.A. et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ Cedec, 1982.
22. RIBEIRO, Ana C.T. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. **Ciências Sociais Hoje**. SP, Anpocs/ Vértice, 1991.
23. RUSCHEISNKY, Aloísio. Identidade e Movimento social. **Cadernos CEDOPE**, Nº III-9, 1992.
24. ____ Movimento social contemporâneo e tensões na formação política. **Cadernos CEDOPE** (São Leopoldo/RS), n. III/5, 1991.
25. ____ Cidadania: questão agrária e movimento social. Anais do II Encontro de Cientistas Sociais. Chapecó (SC), 1994.
26. ____ A questão partidária e movimento social. **Momento**, DECC/FURG, 1995.
27. ____ Representação política e educação. **Educação e Ambiente**. DECC/ FURG. 1995.
28. ____ O significado pedagógico de romper com o relacionamento político pragmático. **A Didática em Revista**. DECC/ FURG. Nº 4, 1996.

-
29. ___ Educação política e movimento social. Anais do IV Enc. de Cientistas Sociais. Ijuí (RS), 1996.
 30. ___ Dois atores, duas óticas". Revista MOMENTO, nº 09, DECC/FURG, 1996
 31. ___ Movimentos sociais e participação institucional no contexto da década de 70". Cadernos do ISP, UFPel, 1996.
 32. SADER, Eder. Movimentos sociais: notas para um debate. **Cadernos ABESS**. S. Paulo : Cortez Ed., 1987.
 33. ___ **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
 34. SALLUM Jr., Brasília, Transição política e crise do Estado. **Lua Nova**, nº 32, 1994.
 35. SANTOS, Carlos N.F. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
 36. SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
 37. SCHERER-WAREN, I. & KRISCHKE, P.(org), **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo : Ed. Brasiliense, 1987.
 38. TELLES, Vera S. **A experiência do autoritarismo e práticas instituintes**. Mestrado FFLCH-USP, 1984.
 39. TOURAINE, Alain/ **Production de la société**. Paris : Seuil, 1973.
 40. VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade de elaboração do projeto. **Lua Nova**, Cedec, n. 17, jan/89
 41. VIOLA, E. & MAINWAIRING, S. Novos movimentos sociais. Cultura política e democracia: Brasil e Argentina, in SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.(org) **Uma revolução no cotidiano?**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1987.
 42. WEFFORT, Francisco. Partidos e representação. **Lua Nova**, Cedec/Marco Zero, n. 3/4, jun/87.
 43. ___ Dilemas da legitimidade política. **Lua Nova**, Cedec/Marco Zero, n. 15, out/88.